

SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO.....	41
------------------------	-----------

2

A DEFENSORIA PÚBLICA E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL	47
2.1. O perfil constitucional da Defensoria Pública no Estado Democrático de Direito contemporâneo.....	48
2.2. A configuração constitucional da legitimação ativa no controle concentrado de constitucionalidade.....	56
2.2.1. A Toga de Adaucto: breve histórico da legitimação para o controle de constitucionalidade antes de 1988.....	57
2.2.2. A pluralização da legitimação promovida pela Constituição da República de 1988	59
2.2.3. A ausência da Defensoria Pública no rol do art. 103 da Constituição da República de 1988....	63
2.3. O controle abstrato de constitucionalidade no âmbito Estadual: gênese, evolução e conformação constitucional	74
2.3.1. A conformação constitucional da jurisdição constitucional estadual.....	74
2.3.2. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Estadual	77

2.3.3. Outras peculiaridades do modelo estadual quanto às ações e ao procedimento.....	82
2.3.4. A legitimação ativa no controle concentrado estadual.....	87
2.4. Da seletividade da função contramajoritária da jurisdição constitucional na proteção das minorias e dos direitos fundamentais	93

3

A LEGITIMAÇÃO UNIVERSAL DA DEFENSORIA PÚBLICA NO CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE 99

3.1. A disciplina da legitimação da Defensoria Pública no controle concentrado de constitucionalidade no sistema federativo brasileiro.....	100
3.2. A estrutura da legitimação da Defensoria Pública no controle concentrado de constitucionalidade: titularidade institucional e exercício orgânico	105
3.3. Legitimados universais e especiais: inaplicabilidade da pertinência temática à Defensoria Pública	113
3.4. “Todo aquele que vive a Constituição é um seu legítimo intérprete”: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição de Peter Häberle	120
3.5. “Ninguém tem a última palavra porque não há última palavra”: diálogos institucionais e a capacidade Institucional da Defensoria Pública	125
3.6. A ADI de Sabará como precedente paradigmático da legitimação universal da Defensoria Pública.....	129

4

A PRÁTICA INSTITUCIONAL COMO DADO EMPÍRICO: A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE 147

4.1. Origem e estruturação da atuação da DPMG na jurisdição constitucional estadual.....	147
4.1.1. O primeiro marco da atuação institucional: “Monitoramento de Constitucionalidade e Justiça Tributária”	148
4.1.2. O segundo marco da atuação institucional: a criação da Coordenadoria Estratégica de Tutela Coletiva (CETUC)	150
4.2. Inventário e análise das ações diretas de inconstitucionalidade propostas pela DPMG perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	153
4.2.1. Tributação municipal e preço público: proteção dos contribuintes vulneráveis	153
4.2.2. “Defensoria Pública Municipal”: inconstitucionalidade e fragmentação da política pública de acesso à justiça.....	159
4.2.3. Direitos fundamentais, igualdade e grupos em situação de vulnerabilidade	162
4.3. Mecanismos complementares de atuação da Defensoria Pública na jurisdição constitucional.....	169
4.3.1. A intervenção da Defensoria Pública como <i>amicus curiae</i> , <i>custos vulnerabilis</i> e colegitimada	169
4.3.2. A provocação do Supremo Tribunal Federal para edição de súmulas vinculantes	174
4.3.3. As recomendações como instrumento de provação do autocontrole de constitucionalidade.....	177
4.3.4. As provocações dos legitimados ao controle concentrado em âmbito federal	178
4.4. Perspectivas para um futuro próximo: oxigenação dos Tribunais por Defensores Públicos	179

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS.....	189